



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

## SENTENÇA

Processo nº: 1002610-80.2018.8.26.0037  
Classe - Assunto Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material  
Requerente: Elaine Cristina da Costa Fiscarelli  
Requerido: Paulo Alexandre Quadrado e outro

Vistos.

Trata-se de ação de indenização por danos causados em acidente de trânsito. Segundo o relato inicial, estava conduzindo seu veículo (VW Fox) quando o outro, dirigido pelo primeiro réu, e segurado pela segunda, colidiu por não respeitar sinal de semáforo.

O relatório é dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95), passando-se à motivação e à decisão.

A hipótese é de improcedência.

Assim já se vislumbrava mesmo antes da decisão que designou a audiência, tendo em vista os argumentos relacionados nos autos.

A prova oral produzida, por sua vez, não alterou as conclusões possíveis. A autora arrolou marido e filha, e o primeiro réu, o filho. São depoimentos que foram colhidos, mas não possuem maior poder de gerar convicção no julgador, ante os impedimentos que derivam da lei (art. 447, §2º, I do Código de Processo Civil).

Vê-se da inicial que a autora, que deveria parar diante de placa assim determinando (pág. 70), diz que aguardou na rotatória antes de cruzar a via Expressa. Diz ter notado que outros dois veículos estavam parando, de modo que *"foi atravessar o balão imaginando que o veículo que estava vindo pela faixa da esquerda iria parar também"* (pág. 2).

Pois bem, se a autora apenas imaginou que referido veículo pararia, assim o fez porque ele não estava parado, mas em trânsito. Em tais condições, como ela não tinha visão do sinal de semáforo que era destinado à outra via, a conduta mais correta seria aguardar que referido veículo parasse



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

(não somente ele, mas o fluxo de referida via).

As duas fotos encartadas à contestação mostram, respectivamente, as visões de ambos os condutores, sendo apta a demonstrar a qualidade do sinal do semáforo para quem transita na via Expressa, e, mais adiante e na outra foto, a sinalização com placa para respeitar a preferencial.

Sobreleva o fato de que a via Expressa é conhecida nesta cidade por seu trânsito muitas vezes intenso e porque dotada de preferencial em relação às demais, salvo nas interseções sinalizadas, em geral, por semáforos.

Quem vai cruzar referida pista precisa empreender cautela e firme atenção para não se surpreender.

Destarte, os elementos colhidos nos autos apontam para a provável invasão da preferencial da via Expressa pela autora, de modo que não pode ser carreado o dever de indenizar aos réus.

Para os fins do art. 489, §1º, IV do Código de Processo Civil, não há outros argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada e que não tenham sido considerados e valorados.

Diante do exposto, julgo IMPROCEDENTE o pedido. Não há sucumbência nesta fase (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

O recurso cabível é o denominado (art. 41 da Lei nº 9.099/95).

Defere-se gratuidade de justiça à autora e ao primeiro réu. Não incide preparo, relativamente aos beneficiários.

Com trânsito em julgado e sem pendências, providencie-se o arquivamento dos autos.

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 18 de outubro de 2018.

ROGERIO BELLENTANI ZAVARIZE  
*Juiz de Direito*

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006